



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 24 23.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 25 de fevereiro de 2013**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e treze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Antero de Figueiredo Marques Teixeira, Ermelinda de Jesus Azeitona (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, João Graça Pina (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Madeira Pargana, Maria Alexandra Marques Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Adriano da Graça Mourato Capote, José Manuel Cavalheiro, Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, Carlos Alberto da Conceição Afonso, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, José Chambel Tomé, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Paula Maria Carmona Tomaz (em substituição de Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Hermenegildo José Marques (em substituição de António José de Moraes Baptista, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel de Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lação Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da mesa, deu início aos trabalhos, eram 21:20 horas. Informou que antes de passar ao período antes da ordem do dia e à leitura do expediente, iria dar a palavra ao público. -----

#### **Intervenção do Público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da Mesa da Assembleia a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. Não houve qualquer intervenção a registar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Período antes da Ordem do Dia:**

O Presidente da mesa informou os membros presentes sobre o expediente dirigido à Assembleia Municipal, recebido até à data. Mais informou que a mesa tinha admitido mais três pontos além dos fora de ordem, que eram os seguintes: - Robcork; - a prestação do negócio com a família Belo Moura e o empréstimo de curto prazo. Colocou a inclusão dos mesmos à votação, ficando como pontos 6, 7 e 8 da ordem de trabalhos, respetivamente. Acrescentou que à semelhança da sessão anterior, os tempos estipulados para as intervenções de cada grupo partidário seriam os seguintes: 25 minutos para o PSD; 20 para o PS; 10 para a CDU e 5 para o CDS-PP. -----

### **Voto de Pesar** – (Proposto pelo PS)

O membro João Pina disse que, sendo aquela a primeira Assembleia Municipal de 2013, o PS propunha a votação de um Voto de Pesar às famílias enlutadas pela tragédia que se tinha abatido sobre a Cidade, a propósito do recente despiste do autocarro de turismo, na zona da Sertã. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o respetivo voto.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse que gostaria de apresentar uma proposta àquela Assembleia Municipal, a qual passou a ler: -----

“Todos temos conhecimento de que a Câmara Municipal de Portalegre é proprietária de diversos edifícios existentes na cidade de Portalegre, que estão devolutos e que, estando fechados, aumenta a sua degradação. Todos temos conhecimento da existência de diversas instituições culturais e desportivas que não têm sede social, o que acarreta inúmeras dificuldades no desenvolvimento das suas atividades, funcionando a casa dos seus diretores como suporte para todo o trabalho administrativo e de gestão e de arquivo documental. Associações culturais e desportivas que prestam, diariamente, um serviço público e social de grande importância para a vivência da comunidade Portalegrense.

Não é compreensível que a autarquia portalegrense seja proprietária de edifícios que estão fechados, havendo no mesmo território associações que necessitam de sede social há largo tempo, sem que seja encontrada uma solução. Solução que assume dupla importância – permitir condições de trabalho às associações que estão sem sede social e impedir o avanço da degradação dos edifícios propriedade municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre sugerem que a Câmara Municipal resolva com carácter de urgência este problema, disponibilizando espaços para as instituições que não têm sede, sob a forma que seja do interesse de ambas as partes.”

Perante o que foi ali proferido, a CDU solicitou que fosse submetido à discussão e votação.-----

O Presidente da mesa questionou os presentes se mais alguém desejaria usar da palavra antes de colocar a proposta à votação.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse querer efetuar um registo de interesse, porque sendo dirigente de uma associação do concelho, que estava naquelas circunstâncias, teria de se ausentar da discussão e posterior votação.

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que também era dirigente de associações da Cidade mas que não se iria retirar do debate, porque entendia que a questão devia ser ali debatida, e portanto subscrevia em absoluto a proposta remetida à Assembleia.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, obviamente, era uma preocupação da parte da autarquia proporcionar condições condignas a todas as associações, inclusivamente às suas sedes. Naquele sentido, referiu que têm tentado dar resposta e que, embora a Câmara tivesse património para tal, muito dele estava degradado e ao dá-lo às associações teriam de facultar as condições mínimas de habitabilidade. Disse existirem algumas associações, as quais não iria numerar, que a preocupavam de sobremaneira e acrescentou que têm estado a resolver a questão, esperando que em breve, pelo menos relativamente a uma das mais prementes, conseguissem arranjar um espaço condigno; também já tinham um espaço em negociação para uma outra. Portanto, até final do mês de abril, esperava que aquelas associações já tenham um espaço para a sua sede.-----

O Presidente da mesa, informou os membros presentes de que iriam passar à votação da proposta da CDU, quanto às casas devolutas da Câmara para sede das associações.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

### **Declaração de Voto – PS (Miguel Monteiro)**

“O grupo municipal do Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta porque em coerência votará todas as propostas que, efetivamente, se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

enquadrem numa verdadeira política de reabilitação urbana e penso que também a reabilitação urbana poderá passar por aqui. Não só por aqui, num projeto muito mais abrangente, mas também poderá passar por aqui. Portanto, propostas destas que sirvam também para fazer tocar a campainha ao executivo municipal, liderado pelo PSD, relativamente a esta matéria e que deixemos de brincar a planos de urbanização, que depois não têm qualquer tipo de tradução no orçamento camarário e, efetivamente, implementemos em Portalegre uma política séria e real de regeneração e reabilitação urbana.”

No uso da palavra, João Pina chamou a atenção para o facto de que as leis existiam para serem cumpridas, quer se gostasse, quer não. Também já tinha ali alertado para a Lei 24/98, de 26 de maio, que se chamava “Estatuto do Direito de Oposição” e a qual referia, no seu art.º 10.º que: “ O governo e os órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais elaboram até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram relatórios de observação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes na presente lei.” Ora, portanto, aquela lei era de 98 e, com que ele soubesse, nunca viu um relatório daqueles na Câmara de Portalegre. Assim sendo, enquanto deputado municipal, alertou o Executivo de que, até ao final de março, para que o relatório fosse elaborado, de modo a ser depois discutido na Assembleia Municipal porque, conforme constava na lei, aquilo deveria ser feito anualmente.-----

No uso da palavra, Luís Pargana disse aos presentes que a CDU gostaria de colocar uma nova proposta, à consideração daquele órgão autárquico, a qual se prendia com a proposta de alteração à lei das finanças locais, aprovada em Conselho de Ministros e que iria estar em discussão na Assembleia da República. A mesma lei tinha, a seu ver, aspectos bastante gravosos nas regras de financiamento das autarquias locais, que comprometiam o princípio básico de autonomia do poder local, enquanto uma das instâncias de poder do regime democrático do País, instaurado com o 25 de Abril. Na opinião da CDU, os órgãos autárquicos deviam refletir e tomar posição sobre a referida lei. Naquele sentido, passou a ler a Moção, a qual dizia o seguinte:-----

### **Moção – (CDU)**

Sobre a proposta de alteração da Lei das Finanças Locais;

“Considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra, designadamente que *“o regime das finanças locais visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correcção das desigualdades”*, o que ficou registado na primeira Lei das Finanças Locais – Lei 1/79, que correspondeu a um importante progresso na autonomia financeira



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

das autarquias, seja quanto ao montante global da receita, seja no estabelecimento de critérios objetivos da sua distribuição pelos municípios e na simplificação do processo de transferência, seja da proibição da existência de quaisquer formas de subsídio ou comparticipação, combatendo a distribuição discricionária e só para alguns;

Considerando que o pendor centralista dos sucessivos governos e a sua resistência ao cumprimento da autonomia financeira das autarquias, conduziu a três décadas de conflito e de sucessivos incumprimentos, e que constitui um rude golpe contra a autonomia financeira das autarquias locais;

Considerando que esta evolução negativa do regime das finanças locais, com o conjunto dos constrangimentos que a acompanha – redução do papel do Estado, desinvestimento público, alienação de funções e serviços públicos, oneração crescente sobre as populações;

Considerando que, desde 2010 e usando como pretextos a “redução do novo défice” e o dito “memorando de entendimento”, foram introduzidas novas reduções nas transferências para as autarquias locais (em 2010 foram reduzidas, a meio do ano, em 100 milhões de euros nas verbas inscritas no Orçamento de Estado para esse ano; em 2011 em 245 milhões de euros – menos 227 milhões de euros para os municípios e menos 18 milhões para as freguesias; em 2012 e 2013 novas reduções correspondentes a 0,1% do PIB, o que fará com que, em 2013, haja menos 480 milhões de euros inscritos no OE relativamente a 2010);

Considerando que já está agendada na Assembleia da República uma nova proposta de lei para alterar a Lei das Finanças Locais, a qual pretende a total liquidação da autonomia financeira das autarquias locais, que, por exemplo:

- Em termos financeiros: a proposta reduz de 25,3 para 18,5% a participação dos municípios na partilha de recursos públicos e de 2,5 para 2% a participação das freguesias; elimina o IMT enquanto receita de imposto devido aos municípios nas transacções imobiliárias; e cria um Fundo de Apoio (FAM) de resgate de municípios em falência que os outros municípios terão de pagar, desviando verbas que eram para todos;

- No plano da economia: com diversas propostas, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos, pela via da Lei do Orçamento de Estado, limites adicionais à assunção de actos que determinem encargos financeiros, novas reduções dos montantes que resultariam da aplicação da lei face a situações ditas excepcionais, como o cumprimento das regras do Pacto de Estabilidade (PEC); novas restrições na área do financiamento municipal perante terceiros e mais ingerências do poder central, incluindo na retenção de verbas do FEF.

Considerando que uma nova lei das finanças locais com base nesta proposta agravaria ainda mais a situação do Município de Portalegre;

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 25 de fevereiro de 2013, delibera:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- 1- Pronunciar-se contra a nova Proposta de Lei das Finanças Locais recentemente apresentada na Assembleia da República, por ser um verdadeiro atentado à autonomia das autarquias locais;
- 2- Apelar aos deputados de todos os Grupos Parlamentares que defendam o Poder Local Democrático e a autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei quando for votada na Assembleia da República;
- 3- Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam com mais dificuldades de responder aos problemas das populações, sem os adequados meios financeiros.”

Colocou a mesma à consideração da Assembleia Municipal. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa referiu que, tanto o assunto como a Moção eram pertinentes e louvou a iniciativa da bancada da CDU. Disse que se vivia, atualmente, sob o espectro de uma nova realidade do poder local para os próximos anos e para as próximas décadas; quando se mudava tanto num País, provavelmente valeria a pena ponderar os objetivos daquela mudança. Quando se pretendia mudar tanto num País, devia-se privilegiar o bom senso, para que a legislação não fosse passo-à-frente, passo-atrás; quando se mudava tanto num País, devia-se procurar consensos alargados para que um dos pilares fundamentais da democracia em Portugal, que era o poder local, porque era aquele que mobilizava milhares de pessoas de Norte a Sul do País e para que não fosse tão desacreditado como as propostas de lei que estavam em cima da mesa. Uns diriam ser um atentado ao municipalismo; outros diriam ser um desgoverno relativamente às prioridades e à concertação governativa. Relativamente àquela matéria das autarquias locais e das suas finanças, presumiu que aquilo que estava a imperar, mais uma vez, era o não senso dos atos governativos, pela simples razão de que numa câmara como a de Portalegre, ainda que tivesse passado o limite máximo de todos os endividamentos (225%), achar-se-ia lógico a substituição daqueles que eram eleitos, democraticamente, pelo povo que vota a cada quatro anos, por um gestor nomeado pelo governo? Acrescentou que, na democracia, o mérito era aprovado ou reprovado em eleições e não poderia ser objecto de sancionamento do governo e que a última palavra era a do povo. Perguntou se, em democracia, achariam lógico obrigar os municípios bem geridos, com rácios de solvabilidade, a contribuírem, sem saberem bem em que moldes, para “afogarem” ainda mais os outros mal geridos? Disse ainda que o que estava sob o jugo dos municípios portugueses era que teriam a obrigatoriedade de recorrerem a um mecanismo inventado por um tal de Relvas. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo, relativamente à Moção apresentada pela CDU, disse perceber a lógica subjacente à mesma. Contudo, não percebia a intervenção do PS. Referiu que toda aquela série de pacotes de alterações que foram feitos ao longo do último ano e meio, estavam fundados naquilo que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinha sido um acordo assinado pelo governo do partido socialista e que foi apoiado pelos outros partidos que, atualmente, constituíam o governo. Aliás, quando foi referido que as câmaras municipais tinham necessidade de ter um auditor, já estava expresso no documento inerente àquelas situações. Disse, inclusive, estranhar o facto de haver uma lei, que iniciou a sua aplicação em 2007, que sucessivamente não foi cumprida, e que agora se invocasse o menosprezo da situação das autarquias locais, porque passaram todos aqueles anos e a lei nunca foi aplicada na sua plenitude. Portanto, se a mesma não foi aplicada era porque estaria mal e a matriz da lei vinha, naquilo que era diferente da lei atual, ao encontro daquilo que eram as preocupações sentidas em relação à situação financeira dos municípios. Nas questões do endividamento deviam tentar de alguma forma dar sustentabilidade e não deixar agravar ainda mais. Mais disse haver ainda uma situação de desagravamento fiscal relativamente ao IMT, que mesmo assim era criticada, o que lhe custava a compreender. Por último, disse que no caso dos municípios que estavam em situação financeira confortável e que participavam naquele fundo, seriam remunerados e teriam taxas de remuneração para que não ficassem prejudicados. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que gostaria de ver ali respondida a seguinte pergunta: qual a página do memorando de entendimento onde, especificamente, estava aquele quadro legal previsto? Apontou o facto de se estar a “chutar” tudo aquilo que não agradava aos partidos da maioria, no parlamento português mas, depois, não se especificava em concreto. Por outro lado, sugeriu ao membro Cristóvão Crespo que se decidisse de uma vez por todas, porque ia ali, sistematicamente, confundir os seus papéis na Assembleia Municipal; deveria pois meter na cabeça, de uma vez por todas, que ali era um membro eleito pela Assembleia Municipal de Portalegre e não um deputado da Assembleia da República que se tinha deslocado de Lisboa para Portalegre em missão oficial. Portanto, o membro Crespo deveria apenas discutir os assuntos que ali eram debatidos, como membro daquela assembleia e não como defensor-mor das políticas do governo. Mais referiu que era preciso ter uma certa dose de descaramento para ir ali falar em colocar os desvarios do poder local em ordem, quando aquela bancada do partido em que o membro Cristóvão Crespo estava, sempre aprovou, de cruz, todas as aberrações financeiras que estiveram na origem da situação catastrófica que o município de Portalegre apresentava. Acrescentou que ao membro em questão nunca tinha ouvido uma voz crítica e sempre tinha aprovado tudo e, no entanto, ia agora ali tentar colocar na ordem os municípios “mal comportados”. Considerou tal acto, como sendo de um comodismo político, em que sempre se absteve de atuar nas devidas alturas. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que o membro Miguel Monteiro estava a tentar menorizar a função do membro da Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Municipal e do deputado, pois uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Informou que não vinha em missão oficial nem em visita e, aliás, o município de Portalegre nunca despendeu um cêntimo com a sua pessoa para poder estar presente nas sessões da Assembleia Municipal. Mais disse que qualquer membro ali, quando se pronunciava, invocava o governo e a Assembleia da República e que perante a Moção apresentada pela CDU, a qual tinha a ver com uma proposta de lei que tinha entrado na Assembleia da República, não era descabido falar sobre a mesma, nem existia qualquer condicionante para tal. No seu ponto de vista, a interpretação do grupo partidário do PS acerca da democracia era restrita, quando se tratava dos outros membros da Assembleia Municipal. Disse que a sua função, enquanto eleito na Assembleia Municipal não era específica, mas sim enquanto residente no Concelho e abrangia todas as áreas de intervenção. Disse ainda que, relativamente à questão dos Municípios incumpridores, a lei das finanças locais não era aplicada ao Concelho de Portalegre, nem a um Concelho específico, mas sim para os 308 Municípios do País e a sua leitura de uma proposta de lei teria de ir muito para além de uma situação em particular. Por último, acrescentou que em relação aquilo que era a forma de estar e o endividamento, possivelmente, o primeiro responsável, em termos dos sinais dados à sociedade, seria o governo da nação. Se, no passado, tivessem tido uns governos com mais atenção às questões do endividamento e à forma como os municípios se podiam endividar, possivelmente, se não fossem criadas algumas cláusulas de salvaguarda em relação ao endividamento, o contexto e a situação geral do País, em termos de autarquias, sem estar a fazer qualquer acusação, mas de facto haviam muitas autarquias que tinham problemas financeiros e não valia a pena escamotear mais, pois a realidade era o que era e, em função da mesma, tinham que atuar e produzir legislação. Mais disse que o governo tinha uma responsabilidade, em termos da condução da política do País, para que, de facto, as práticas fossem saudáveis. Relativamente ao memorando disse que, a partir de maio de 2011, o País estava numa situação de exceção, em que se perdeu a liberdade, porque para além do governo e dos partidos da oposição, tinham a troika, quer se quisesse ou não e, possivelmente, em todos os níveis das atividades, fosse nos municípios ou nas empresas privadas, se sentia aquilo. Por fim, disse que o País ficou numa situação difícil e se não atuassem, em função dos interesses do País, independentemente dos partidos, a situação poderia ser muito mais gravosa. -----

O Presidente da mesa lembrou aos intervenientes que deveriam estar a discutir a Moção apresentada pela CDU e não outras questões.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse ao membro Cristóvão Crespo que prezava o facto do mesmo ter tentado, ao longo de cerca de cinco minutos, justificar a sua intervenção mas, contudo, muito ficou por justificar. Disse que talvez a justificação da mesma tivesse eco na resposta que o referido membro obteve





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

do presidente Rondão de Almeida, relativamente às suas afirmações extemporâneas, inadequadas, insensíveis, desajustadas e, aliás, pelo facto do mesmo viver numa realidade que não era a do distrito de Portalegre. Na sua opinião, o membro Cristóvão Crespo tinha deixado de conhecer o distrito, o que levou a que alguém tivesse de o apelidasse de “mandarim da política”. Quanto ao que foi dito pelo membro Cristóvão Crespo sobre os sinais da governação e o transmitir de sinais pelos governos, perguntou se seriam os sinais do Relvas, do Gaspar, os do Alberto João Jardim ou os da prevaricação? Provavelmente seriam todos em conjunto. Perante tal, é que o seu colega, Miguel Monteiro, disse acertadamente que o deputado Cristóvão Crespo, de uma forma inacreditável e impercetível, durante onze longos anos, pactuou com o desfalque financeiro da câmara de Portalegre. Portanto, todos já perceberam que ao fim daqueles onze longos anos não havia razão para a dívida colossal existente. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse, em defesa da honra, que o membro Luís Testa tinha um fraco gosto em ir para ali invocar uma terceira pessoa, para uma discussão para a qual não era chamada e para a qual não teria possibilidade de se defender. Pessoalmente, achava que deveria haver um mínimo de dignidade nas discussões tidas e que, ao contrário do que o membro Luís Testa lhe disse em particular, em política não valia tudo. Quanto ao desfalque mencionado, considerou que tanto a Câmara como a Assembleia Municipal tinham de averiguar bem que desfalque seria aquele a que Luís Testa se referiu, além de que o mesmo deveria pensar bem o que dizia, antes de o dizer. Na sua opinião, tal afirmação não deveria passar impune e deveriam chegar às últimas consequências em relação à mesma. -----

Em defesa da honra, Luís Testa disse que tinham acabado de assistir ao enunciado típico de que em política valia tudo, inclusivamente, uma citação de uma frase que, eventualmente, ele próprio teria proferido sem se recordar e reafirmando que aquele não era o seu jeito de estar na política. Contudo e uma vez que ninguém conseguia provar se foi dita tal frase, ficava no ar se efetivamente foi assim, ou não. Portanto, aquilo era o enunciado típico de quem pensava legitimamente que na política valia tudo e o deputado Cristóvão Crespo pensava assim. Mais disse que ele próprio defenderia ali o Presidente Rondão de Almeida, pois defendia a sua obra, a sua gestão, bem como o serviço que a autarquia de Elvas prestava às suas populações. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, em relação à afirmação do Rondão Almeida, percebia a incomodidade do mesmo, pois ele quis ser deputado e não o conseguiu e a sua frustração, provavelmente, seria aquela. Quanto à situação que o membro Testa chamou de boa, relativamente ao concelho de Elvas, disse para verificar os indicadores sociais e ver porque é que Elvas tinha que ter uma intervenção social superior à dos outros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

concelhos; Se no fim de 20 anos, com o poder socialista no governo e na Câmara, tinham os piores indicadores em termos de desemprego, em termos de rendimentos sociais de inserção, etc., era por ter uma boa política? O que Elvas tinha era muitos equipamentos baptizados com o nome “Rondão Almeida” mas, das pessoas, esqueceu-se e o resultado era a necessidade de ter de construir cantinas sociais e, ao fim dos 20 anos, Elvas foi muito maltratada pelo governo que teve.-----

O Presidente da mesa alertou os intervenientes para falarem sobre o concelho de Portalegre e lembrou que teriam de passar ao ponto seguinte.-----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro aconselhou o membro Cristóvão Crespo para que fizesse duas leituras: Primeiro, a do memorando e, de seguida, o anuário financeiro das autarquias portuguesas. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, provavelmente, seria melhor a CDU ler novamente a Moção, porque daquelas “guerras” entre o PS e o PSD, quem saía afetado era a própria CDU e o povo português. -----

O Presidente da mesa informou que iriam passar à votação da referida Moção.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com 2 votos contra e 9 abstenções, em 31 presenças, aprovar a Moção apresentada pela CDU. -----

O Presidente da mesa disse que iriam passar aos assuntos da ordem do dia.

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;**

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, João Pina pretendeu colocar uma questão à Presidente da Câmara e começou por dizer que, conforme constava na lei 169/99 das autarquias, era função da Assembleia Municipal receber um relatório da parte da Câmara Municipal sobre a atividade desenvolvida e a situação financeira da mesma. Portanto, porque é que no relatório, da parte dos SMAT ia uma folha anexa com a situação financeira mas, no que tocava à informação da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidente sobre a situação financeira da Câmara, não constava tal informação? Acrescentou que tal facto era obrigatório constar e as leis eram para cumprir, quer se gostasse ou não. -----

A Presidente da Câmara informou que iria tomar em conta o reparo feito e no próximo relatório já iria constar a situação financeira da autarquia, além de que, também iria ainda, durante o decorrer da sessão em curso prestar esclarecimento sobre a situação atual da mesma. -----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo, relativamente ao relatório ali apresentado, reiterou o pedido à Presidente da Câmara para que, em vez de listar um conjunto de reuniões onde, se presumia, esteve presente, que elaborasse duas ou três linhas sobre o que ia fazer a cada reunião, para que todos pudessem ir acompanhando a evolução daquela atividade. Em segundo lugar, quanto ao evento realizado no centro de congressos da Câmara no passado dia 06 de fevereiro, o qual, pelo que foi descrito, contou com centenas de autarcas, empresários da região e representantes de diversas associações, referiu que esteve presente e considerou ter sido uma perda de oportunidade que a Presidente da Câmara Municipal teve para ter posto a Cidade de Portalegre na primeira linha. Uma vez que estiveram presentes ministros e secretários de estado, bem como três estações televisivas, apenas foi dito que Portalegre era uma cidade do interior, deprimida, sem vida e esquecida. Na sua opinião, aquele seria o momento para a Presidente ter dito, a todos quantos ali estiveram, que aquela era a melhor cidade do país para se viver e a melhor para se investir. Além de que, na sala ao lado, estava um conjunto de empresários que se disponibilizaram para ali ir mostrar as suas atividades, não só aos membros do governo presentes na sessão, como também a todas as pessoas que vieram de norte a sul do país. Portanto, naquela mesma sessão, não se ouviu uma palavra por parte da Presidente da Câmara para aqueles empresários, nem referindo que tinham escolhido aquela região para investir e para desenvolverem ali os seus negócios e as suas empresas. Pretendeu deixar duas questões à Presidente: Desde 06 de dezembro até à data atual, o que é que a Câmara Municipal tinha feito no sentido de poder criar condições de apoio aos empresários para os mesmos se poderem candidatar àquele programa “Valorizar”? Em segundo lugar perguntou se sentia que, passado aquele show-off da referida apresentação, podia dizer se o mesmo trouxe benefícios para Portalegre? -----

Usando da palavra, Luís Testa disse que na última Assembleia Municipal a Presidente da Câmara tinha dito que a central de camionagem estaria a servir de estacionamento à Rodoviária, embora tendo-se escusado a responder qual a modalidade sob a qual a Rodoviária utilizaria aquele espaço, se era contratado, se era uma concessão, e tendo dito apenas que era uma utilização à experiência. Posto aquilo, gostaria de saber se a experiência já tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

terminado e em que é que tinha dado? Bem como se aquele equipamento era concessionado à Rodoviária, pela Câmara Municipal, ou então se era a Câmara que comprava os autocarros e com que dinheiro? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que, quanto ao evento ali realizado no passado dia 06, aceitava todas as opiniões acerca do mesmo, pois todas as pessoas eram livres de dar a sua opinião. O discurso que teve, deveria dar a noção da realidade, não só do Concelho, como do Distrito e aproveitar o facto de ter estado ali o ministro da economia para se por o “dedo na ferida”, relativamente a muitos projetos que se mantinham ainda por fazer. No seu entendimento, houve alguém que esteve desatenta ao discurso pois, no final, foi um discurso otimista, acreditando no Concelho e nas suas potencialidades. Portanto, se necessário fosse, iria colocar na internet aquele mesmo discurso, para que as pessoas pudessem, de facto, lê-lo. Por outro lado disse, relativamente aos empresários que estiveram lá presentes, que os apresentou um a um junto da tutela e, aliás, o secretário de estado dirigiu-se junto de cada um deles e a diretora da escola de hotelaria não o podia negar, pois esteve lá presente. -----

O membro Luís Testa colocou um ponto de ordem à mesa, dizendo que o Presidente da Assembleia não podia permitir que a Presidente da Câmara se dirigisse a um membro da bancada do PS imputando-lhe funções que não estavam ali em causa, uma vez que a mesma era livre de fazer as afirmações que quisesse e era, do ponto de vista jurídico, irresponsável relativamente às observações ali proferidas. -----

Novamente no uso da palavra, a Presidente de Câmara esclareceu que não se estava a referir a ninguém em particular daquela Assembleia, mas sim que a senhora diretora da escola de hotelaria foi apresentada por si ao secretário de estado, assim como também o foram todos os outros empresários lá presentes. Portanto, das duas uma, ou algumas pessoas não estavam atentas, ou não tinha, efetivamente, percebido a questão da Conceição Grilo. De qualquer modo, disse não se importar se tivesse ali muitos shows-offs daqueles na cidade e de trazer vários ministros, secretários de estado, bem como empresários de todo o país, para conhecerem melhor o território. Acrescentou que foi com algum esforço que o mesmo foi feito, juntamente com a direção regional da economia e com a CCDR e que conseguiram que fosse lançado o projeto, a nível nacional. Informou, inclusive, de que iriam criar um gabinete de apoio ao empreendedorismo e, atualmente, já tinham contactos de vários jovens que felizmente estiveram presentes e que tinham ideias para apostar na região, sendo portanto neles que se pretende acreditar todos os dias e que têm de apoiar e incentivar. Quanto à central de camionagem, referiu que a experiência tinha dado bom resultado e, muito provavelmente, na próxima



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assembleia, estaria tudo em condições para se proceder ao final de todo o processo. -----

Novamente no uso da palavra, Conceição Grilo disse, ainda relativamente ao ponto do evento de dia 06, que a Presidente reconheceu no seu texto que não podia deixar de ficar satisfeita pelo facto de Portalegre ficar associada a um lançamento nacional, mas não somava mais do que aquilo. Para provar que assim era, no relatório da Presidente era evidente o seu desprezo pela palavra empresário e como os empresários representavam apenas um meio de poder falar para ministros e secretários de estado. -----

Solicitando o uso da palavra, Carlos Afonso disse que, perante o relatório apresentado, sentiu alguma perplexidade ao lê-lo, algum lamento, mas também gostaria de lhe dar um louvor. Alguma perplexidade era referente ao tempo que já tinha decorrido para a aprovação de um projeto, cujos méritos não discutia, mas que era um projeto importante para a cidade – o Projeto da Penha – o qual, segundo os termos do relatório estava em discussão desde 2008, já passaram 5 anos e ainda não havia uma decisão sobre o mesmo. Em segundo lugar, lamentou o facto da falta de informação em alguns pontos do relatório da Presidente da Câmara respeitantes, por exemplo, à lotação dos espectáculos no CAEP, porque já ali tinham visto em relatórios anteriores que nos eventos lá decorridos existia uma listagem com a quantidade de bilhetes vendidos, com o número de espectadores, etc. e, portanto, gostaria de saber novamente dados de tal pormenor. Por último, louvou o serviço de recolha de monos que a Câmara prestava aos seus munícipes, pois funcionava na perfeição e quem o coordenava, bem como quem o executava, eram merecedores de um louvor por parte da Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, António Chaparro disse que gostaria de colocar duas perguntas à Presidente da Câmara: Qual a previsão que a Câmara tinha para cumprir com o que se tinha comprometido, na última reunião, com os Presidentes das juntas de Freguesia para as transferências de verbas para as Juntas, no âmbito do protocolo de delegação de competências, relativas ainda ao ano de 2012? Acrescentou que, tanto o Executivo como todos os Presidentes de Junta sabiam que não tinha sido distribuída nenhuma verba referente àquele ano e o combinado na última reunião foi que até dezembro iriam haver transferências. Quanto àquele assunto disse ainda ter enviado alguns e-mails à senhora Presidente a solicitar informação e esclareceu que não o fez na qualidade de colega de profissão, como professor, mas sim na qualidade de Presidente de uma Junta de Freguesia e que, até ao momento, não tinha recebido uma única resposta. A segunda questão tinha a ver com o relatório de atividade apresentado, mais propriamente com o gabinete técnico e o desenvolvimento de projetos, pois para sua surpresa, um dos projetos que estava a ser desenvolvido era o da ampliação do cemitério da Urra; a sua





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dúvida era porque é que somente aquele projeto estaria a ser feito? Uma vez que tinha sido assumido na reunião conjunta com o Executivo que iriam ser desenvolvidos três projetos de ampliação de cemitérios: o da Urra, das Carreiras e de Alegrete, visto serem três necessidades prementes a serem desenvolvidos em simultâneo para haver possibilidade de um lançamento do concurso em conjunto, em que a própria Câmara viesse, por economia de escala da obra conjunta, a desenvolver a ampliação dos três cemitérios. -----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente ao projeto da Penha, era um projeto que a Câmara gostaria de ver desbloqueado, mas no qual a comissão de reserva ecológica lhes dava constantemente parecer negativo porque, tanto o hotel como as moradias, previstas no projeto se encontravam dentro da reserva ecológica. Relembrou que aquelas questões ambientais eram muito complicadas de contornar e dali que o referido projeto estivesse naquele impasse já há demasiado tempo. Quanto ao protocolo de transferências informou que a previsão não estava só dependente da aprovação do orçamento, mas também dos fundos disponíveis; contudo previa-se que, em meados de março, com o orçamento corrigido, se conseguisse transferir a tranche referente a 2012, sendo que o restante, para 2013, desejariam que fosse já à luz do novo protocolo. Disse ainda ao membro António Chaparro que, de facto, não respondeu ao mail que o mesmo lhe enviou, mas aproveitou para lhe dizer que quando faltasse às reuniões de protocolo deveria avisar previamente, visto que as mesmas eram feitas entre ele e o Presidente da Junta das Carreiras e que a última não se chegou a realizar devido à sua não comparecimento. Ainda referiu que não foi possível lançar os três concursos em simultâneo, referentes aos cemitérios, e que tiveram de priorizar o da Urra porque era o que estava mesmo no limite da capacidade. No entanto, os outros seriam alvo de requalificação, logo que possível.-----

Novamente no uso da palavra, António Chaparro recordou à Presidente da Câmara que a reunião de protocolo que tinha sido marcada anteriormente também foi desmarcada pelo Vereador. Além do facto de que, no dia em que o próprio faltou, também avisou que dificilmente poderia estar presente na reunião em causa. Mais disse estar perfeitamente à vontade no protocolo de delegação de competências, porque andam a falar no mesmo e na sua reestruturação já há cerca de três anos e ele sempre se dispôs a estar presente em todas as reuniões. Portanto, não ficou bem à Presidente da Câmara, como falta de resposta, a observação que lhe tinha dirigido, uma vez que ele também entregou várias propostas para a correcção do protocolo e tinha estado presente em todas as reuniões, para as quais foi convidado a estar. Por último, relembrou que, nas várias que foram realizadas, só não pôde estar presente numa, enquanto que a Presidente não esteve presente em nenhuma.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **2 – Ata n.º 22 relativa à reunião realizada em 4 de Outubro de 2012;**

Presente a Ata n.º 22 relativa à reunião realizada em 4 de Outubro de 2012. --

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 7 abstenções, em 30 presenças, aprovar a referida ata.-----

### **3 – Doação de uma parcela de terreno com a área de 130 m2, destinada a Caminho Municipal entre o Areeiro de Cima e o Cabeço de Mouro;**

- Deliberação de 2013.01.07 -

Presente informação n.º 3579 da Divisão de Gestão Financeira/Serviço de Património de 26 de setembro de 2012, na sequência da informação da DUOM, a propor a aceitação da parcela de terreno, atribuição do valor e designação de quem suporta o pagamento de emolumentos da escritura. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com a alínea h) do n.º 1, do art.º 64.º, da lei 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação da parcela de terreno com a área de 130 m2, a desanexar da parte rústica do prédio misto, sito e denominado Areeiro, freguesia de S. Lourenço, neste Concelho, descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 181, inscrito na matriz a parte rústica sob o art.º 237 e a parte urbana sob o art.º 3141.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 30 votos presentes aprovar a doação atrás mencionada.-----

### **4 – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho de Portalegre/Alteração;**

- Deliberação de 2013.02.04 -

Presente informação n.º 7, de 23.01.2013, da divisão de ordenamento, planeamento e gestão urbanística, referente à alteração ao RMUETCU – Regulamento Municipal de urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do concelho de Portalegre, com informação do CDOPGU de 23.01.2013, a propor a aprovação na sequência do período de discussão pública da alteração ao RMUETCU, nos termos da presente informação. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao RMUETCU e remetê-la à Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 30 votos presentes, aprovar os documentos.-----

### **5 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2013 da Câmara Municipal de Portalegre;**

- Deliberação de 2013.02.11 -

Presente proposta do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2013. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores Nuno Varela, Paula Alegre, João Realinho e a abstenção do Vereador Hugo Capote aprovar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal para 2013 e remetê-los à Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, embora não estivesse presente o Vereador Nuno Santana, gostaria de lhe colocar uma questão, a qual se prendia com a declaração de voto produzida pelo mesmo e que dizia o seguinte: “Voto favoravelmente as grandes opções do plano e o orçamento para o ano de 2013, contudo enuncio a seguinte declaração de voto: No seguimento do processo de consolidação de contas entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson e de acordo com a certificação legal de contas da Fundação no ano de 2012, destaco os seguintes pontos com relevância: - por deliberação tomada com o Município de Portalegre foi rescindido, unilateralmente, o protocolo celebrado entre o Município e a Fundação Robinson a 01 de fevereiro de 2007. A deliberação referida contemplou a celebração de um novo protocolo entre as duas entidades no montante de 438.016,46€, bem como a assunção pelo Município das responsabilidades pelo financiamento futuro da Fundação, que terá como suporte o plano de atividades e orçamento já apresentados. A continuidade das operações da Fundação, que se consubstanciam na prossecução dos seus objetivos, está dependente do cumprimento pelo Município do financiamento da Fundação Robinson, implícito na deliberação de 02 de abril de 2012. Verificando-se a não celebração de um novo protocolo e a não assunção, até ao momento, das responsabilidades relativas aos compromissos passivos reconhecidos, deliberação de 19 de setembro e de 05 de dezembro de 2011 e ao financiamento futuro da Fundação, futuro este aceite pelo executivo em deliberação de 02 de abril de 2012 e referendado pela Assembleia Municipal a 04 de outubro de 2012, a que se junta a verificação do valor inserido no orçamento para o ano de 2013, não posso deixar de alertar que o valor agora aqui expresso não viabiliza os passivos anteriores nem os custos decorrentes do funcionamento de 2012. Permito-me lembrar que as minutas do contrato-programa apresentadas nas reuniões de Câmara de 12 e 23 de julho foram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ambas retiradas para melhor análise, sem ter havido qualquer resposta do executivo camarário, até à presente data.” Perante tal, disse que gostaria de perguntar ao Vereador Nuno Santana, se ele estivesse presente, se aquela declaração de voto tinha sido por ele proferida, elaborada, assinada e também junta aos documentos daquela reunião e à ata da reunião de Câmara? -----

Naquele momento entrou na sala o Vereador Nuno Santana. -----

Em resposta à questão que lhe foi colocada, o Vereador nuno Santana disse que, obviamente, tinha sido o próprio, enquanto Vereador, a fazer a declaração de voto em causa. Disse inclusive, não perceber qual a razão da pergunta?-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa voltou a perguntar ao Vereador Nuno Santana se tinha mesmo a certeza de ter sido ele a fazer aquela declaração de voto?-----

O Vereador Nuno Santana perguntou ao membro Luís Testa se o mesmo lhe estava a querer faltar ao respeito?-----

No uso da palavra, Luís Testa informou os presentes e em especial o Vereador Nuno Santana, que o artigo 117.º da Constituição da República Portuguesa dizia o seguinte: “Os titulares de cargos políticos respondem política, civil e criminalmente pelas acções e omissões que pratiquem no exercício das suas funções. A lei dispõe sobre os deveres, as responsabilidades e incompatibilidades dos titulares de cargos políticos. As consequências do respetivo incumprimento, bem como sobre os respetivos direitos, regalias e imunidades.”. Portanto, como a constituição remetia para a lei, teriam de verificar na respetiva lei, que era a lei 29/87, de 30 de junho, conhecida por estatuto dos eleitos locais, que dizia no seu art.º n.º 4 o seguinte: “Deveres – Nos exercícios das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios: alínea b), sub-alínea 4 –“Não intervir em processo administrativo ato ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação de discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa.” Referiu que aquela tinha sido a razão pela qual ele próprio se tinha retirado da sala, uma vez que era dirigente de uma colectividade desportiva, a qual tinha requerido instalações ao Município e em que estava para votação uma proposta na qual, com a sua votação, ele poderia, de alguma forma, beneficiar a mesma. Portanto, com a violação daquele princípio institucional, vertido na lei ordinária, o Vereador Nuno Santana, com o seu ato político, fez aquilo a que se chamava uma trapalhada; não porque o tenha feito de forma relevantemente objetiva, mas porque foi chamar a atenção, com a declaração de voto, para o seu conflito de interesses. Acrescentou que, se a lei bastava para se perceber que o Vereador em causa não poderia ter votado o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

orçamento, a sua declaração de voto justificou porque é que não o poderia ter feito. Objetivamente, o Vereador Nuno Santana não tinha votado livremente o orçamento e o seu voto não condizia nem conduzia com a sua declaração de voto. Portanto, a mesma tinha sido um erro, mas pior do que o erro da declaração de voto foi a votação do orçamento. Perante tal facto, o Vereador Nuno Santana tinha colocado sob a sua esfera a figura da nulidade da deliberação tomada, logo o orçamento do Município de Portalegre era nulo. Sugeri assim à Câmara Municipal para que não houvesse qualquer consequência, num futuro muito próximo, a retirada do ponto, a nova remissão para o órgão executivo, a apreciação no mesmo e para que fosse novamente discutido e votado em condições regulares, porque se assim não fosse, haveria sempre a penumbra, durante todo o exercício daquele orçamento, de que o orçamento era nulo. Por último, disse não perceber como é que se podia cometer tamanho erro político e, pior ainda, como é que se denunciava o mesmo daquela forma. -----

Solicitando o uso da palavra, Hermenegildo Marques disse que quanto ao orçamento gostaria de questionar sobre qual a origem de triplicar a venda do património da Câmara, comparativamente ao ano passado? E também quis saber qual o montante que se tinha conseguido no ano passado e o que se pretendia obter para o ano em curso? -----

A Presidente da Câmara, antes de responder às questões, disse que gostaria de apresentar o orçamento aos presentes, conforme era habitual. Relembrou que o plano oficial de contabilidade das autarquias fazia depender da atividade municipal a aprovação das grandes opções do plano e do orçamento municipal. Daquela forma talvez pudesse dar as respostas necessárias e também a indicação das principais áreas de intervenção e das prioridades para o ano de 2013. Naquele sentido, acrescentou que, nos serviços gerais, a aposta constante seria na qualidade e na obtenção de ganhos e de eficiência do seu funcionamento e na capacidade de resposta dos diversos serviços municipais. - (de seguida, a Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação sucinta do orçamento para 2013). Concluiu, referindo que a dívida, no final de 2012, tinha um valor de cerca de 45.700.000,00€, numa altura em que a redução da receita, ao longo dos últimos exercícios, foi de 4.700.000,00€, o que revelou que o Município teve uma grande capacidade para reduzir a dívida, tendo conseguido uma diminuição no montante de cerca de 6.000.000,00€. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, nas últimas assembleias municipais, tinha ali assistido a muitos pruridos, relativamente à forma de intervenção de elementos da bancada do PS. Em relação àquelas matérias, disse que muita gente ali na sala era muito sensível, mas que quando se levantavam questões em que a própria legalidade de um documento como aquele poderia estar em causa e em que a ética estava, claramente, em certa





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parte, também em causa, a resposta do PS era de sorrisos e de “atirar para canto”. Referiu, pois, que tal atitude era grave e aquilo é que eram factos políticos, porque factos políticos não era quando alguém levantava mais a voz, ou quando alguém era mais incisivo nas críticas que fazia à atuação daquele executivo, o qual que passava por tais factos como se nada existisse. Disse inclusive não poder deixar passar em claro aquilo que tinham acabado de ouvir, da parte da Presidente da Câmara, uma vez que o valor daquele orçamento e das grandes opções do plano ali apresentadas estava na exata proporção do grau de atenção que as pessoas dispensaram à leitura que foi feita do documento, o que representava zero. Zero, porque há muitos anos que não via ali um documento como o das grandes opções do plano que não coincidia em nada, com o que estava no orçamento e a Presidente ainda teve o desplante de se apropriar de ideias do Partido Socialista, defendidas naquela casa e no Executivo Municipal, sem que pelo menos os tivesse envolvido na discussão. Mais lembrou à Sr.<sup>a</sup> Presidente que a mesma teve uma reunião marcada com os Vereadores do PS, no dia 06 de fevereiro, desmarcou-a e já não a escutá-los, nem voltou a marcar uma nova. Todos sabiam o porquê de tal atitude e ele próprio já o tinha dito na sessão anterior, era que estavam ali perante uma pantomina, que tinha sido o chumbo do orçamento da primeira reunião realizada; além de que também todos sabiam que o desenlace final seria aquele. Por último, perguntou à Presidente que diferença substancial existia entre o documento apresentado da primeira vez e aquele para que, com a abstenção da CDU, tenha sido aprovado? Na sua opinião, o documento era de uma demagogia incrível e a Presidente teve o desplante de ir ali falar em necessidade de consolidação da Cidade. Questionou o que é que tinham andado a fazer nos últimos 12 anos? Seria agora, a oito meses das eleições que descobriram as virtualidades daquilo que o PS andou durante anos e anos ali a dizer? Mais referiu que, somente agora, a Presidente da Câmara tinha descoberto aquilo que o PS já defendia há muito tempo que era o facto de se ter de reequacionar os apoios que têm se de dar às coletividades para a prática de alguns eventos e, eventualmente, proceder à redistribuição das verbas. Contudo, a Presidente não teve sequer uma palavra, para com o Partido Socialista, sobre a matéria; o mínimo que deveria ter feito era aproveitar as ideias e ter tido alguma palavra com aqueles que as tinham defendido ao longo de todos aqueles anos, mas não o fez. Disse ainda que aquela era uma proposta de orçamento que nunca poderia resultar noutro resultado, da parte do PS, que não fosse o voto contra, pelo menos em sede de Executivo, pois a Presidente teve de “enxertar” com 3 milhões de euros para que as despesas batessem certo com as receitas, estava tudo dito. Questionou como é que um Partido responsável poderia abster-se ou votar favoravelmente um orçamento daquele tipo? Acrescentou que foi tardiamente que a Presidente ali esclareceu que afinal os 3 milhões só os iriam gastar quando começassem a vender património. Perguntou ainda à Presidente se tivesse 23 milhões de despesa e se só puder gastar 20 e os outros 3 milhões quando começasse a vender, onde



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

é que iria cortar os 3 milhões da despesa que estavam inscritos no orçamento? A Presidente deveria ali dizer onde é que iria cortar aqueles 3 milhões porque, caso contrário, a conversa não batia nada certa, assim como, ao ter ali referido outros exemplos de perfeita incoerência quando falou em atividades de promoção turística da Cidade, talvez por não ter noção do valor inscrito no orçamento para tal, o qual correspondia a somente 1.230,00€; aquilo era a sério? Para a reabilitação urbana tinha inscrito 7.500,00€ para um concurso de ideias, também seria falar a sério? Perguntou à Presidente da Câmara se achava que poderia fazer políticas daquelas e inscrevê-las nas grandes opções do plano com verbas irrisórias no orçamento? Assim se confirmava que nada batia certo e que o discurso transcrito naquele documento eram umas grandes opções do plano de uma demagogia nunca vista naquela casa. Por último, relevou o facto da Presidente da Câmara querer fazer textos bonitos e dizer que irá fazer as coisas necessárias, mas esquecendo-se que para fazer aquilo terá de traduzir tudo em sede de orçamento, o que já não seria possível, porque a mesma não o podia nem saberia fazer.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara, respondendo às afirmações anteriores, disse que já provou que o tinha feito, pois a taxa de execução do orçamento de 2012 era a melhor taxa de execução de todos os tempos, na Câmara Municipal de Portalegre, mesmo com um orçamento muito reduzido, o que revelava muita coisa.-----

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus disse que havia ali um aspeto em que tinha alguma dificuldade em perceber, que era aquele quase milagre de contorcionismo orçamental com que muitas vezes o PS os brindava, naquelas Assembleias. Era reivindicada obra, eram reivindicados investimentos e eram apontados caminhos alternativos, era refutada a dívida, a origem das receitas próprias e depois também não queriam PAEL, queriam mais receita mas defendiam a redução da derrama, do IMI o que lhe parecia ser uma criatividade sem limites e a magia dos números a funcionar. Chamou a atenção para certos números, que mesmo num contexto atual adverso, tanto no Concelho, como na região e no país, comparando o investimento que foi feito, nos três anos que tinham decorrido daquele mandato, com os investimentos que foram feitos no tempo em que o Partido Socialista, pela última vez, foi governo no Concelho e ajustando-lhe o respetivo fator temporal, mostravam que se tinha investido mais em educação, em cultura, em desenvolvimento económico, em habitação e em ação social. Referiu que, conforme a Presidente tinha mencionado, independentemente de ter sido num registo mais fastidioso, conforme disse o PS, o que se fez foi num contexto em que se tinha assistido a uma redução substancial da alavancagem financeira do Município e de quebra de receitas a que o mesmo teve acesso. Por conseguinte, não havia ali nenhum milagre de contorcionismo orçamental. Podia não ser o orçamento que toda a gente queria, mas também não era, certamente, uma apropriação indevida de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

quantias ou de bens de outros para uso pessoal, configurando desvios ou diminuições ilícitas do erário público, porque assim é que seria sinónimo de desfalque. -----

No uso da palavra, Luís Pargana, quanto às grandes opções do plano e ao orçamento disse que a CDU, na última Assembleia Municipal, já tinha deixado expressa a sua posição naquela matéria e secundando a opinião expressa na reunião do executivo pelo Vereador Hugo Capote, onde foi explicitada a crítica à metodologia na votação seguida na Câmara, com a unificação da votação do documento previsional das grandes opções do plano e, simultaneamente, o orçamento e mapa de pessoal. Relembrou que a posição da CDU ia no sentido de admitir a abstenção relativamente ao orçamento, com o fundamento da situação de difícil gestão financeira em que a Câmara se encontrava e a situação da grave crise económica que afetava as populações. Acrescentou que, sendo o orçamento o documento previsional fundamental para a gestão dos dinheiros públicos municipais, a CDU assumia, mal o menos, a viabilização daquele instrumento de gestão para a Câmara Municipal de Portalegre, para o difícil ano de 2013. Relativamente aos conteúdos contidos nas grandes opções do plano, presentes na referida reunião de Câmara, disse que a CDU era extremamente sobre os fundamentos políticos de algumas das opções enunciadas. No entanto, o novo documento apresentado pela Câmara Municipal e os conteúdos das grandes opções do plano tinham alterado substancialmente algumas das divergências de fundo que levariam a CDU a votar contra, o que permitiu que a CDU assumisse, clara e frontalmente, que os documentos previsionais não eram os seus, não eram de todo os de uma gestão municipal da CDU mas, no entanto, era viável uma posição de abstenção. Disse ainda ter sido com coerência política e verticalidade que assumiram tal posição na Câmara Municipal, a qual seria secundada na Assembleia Municipal pela bancada da CDU. Relevou, inclusive, a crítica do PS com que tentaram responsabilizar a CDU por uma gestão municipal que não era, obviamente, da CDU, mas sim do partido que tinha a maioria – o PSD. Afirmou que a CDU não votou favoravelmente os documentos previsionais para 2013 e que era aquela a realidade e o facto político da questão. Não seriam outros factos políticos, mais ou menos artificiais, que fossem à colação, como se tivessem agora descoberto eventuais incompatibilidades que, a existirem, se repetiram ao longo de anos, porque sempre os Presidentes dos conselhos de administração da Fundação Robinson foram Vereadores e votaram na mesma os documentos previsionais da Câmara Municipal, assim como os Presidentes do conselho de administração dos SMAS foram Vereadores e também tinham votado tais documentos, sem que os membros do PS tivessem levantado alguma reserva sobre a matéria. Concluiu, dizendo que o facto político daquela discussão era que, num ano de crise económica e de dificuldades sociais gravíssimas para os munícipes de Portalegre, se tivessem uma Câmara condicionada na sua gestão pelo facto de não ter um instrumento tão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

fundamental como era o orçamento, seria muito mais gravoso do que um orçamento que não era bom e que não era, de todo, o orçamento da CDU, o que os levou a absterem-se. -----

No uso da palavra, Luís Testa questionou a afirmação do membro João de Jesus sobre o aumento dos impostos, das taxas, das contribuições, etc., uma vez que tal adveio, expressamente, da aprovação do PAEL, o qual não foi um plano de apoio à economia local, mas sim um plano de pagamento das dívidas a grandes fornecedores nacionais da Câmara Municipal de Portalegre. Mais disse que aquilo que o membro João de Jesus tinha apelidado de contorcionismo orçamental, como se aquilo fosse uma empresa de exploração de serviços de restauração, residia no facto de ter três milhões à consignação; nunca se viu em lado nenhum ter-se um volume orçamental que dependia da boa cobrança de uma receita hipotética eventual, que todos sabiam que nunca existiria. Portanto, parafraseando o Miguel Monteiro, a Presidente da Câmara tinha a obrigação de ali dizer, ao respetivo órgão de fiscalização do executivo, onde é que iria retirar aqueles 3.000.000,00 €, caso não conseguisse executar a receita daquele mesmo valor? Relativamente ao que tinha dito o membro Luís Pargana, ficaram ali a saber que afinal o único contributo que a CDU tinha dado ao orçamento tinha sido o voto do próprio e, afinal de contas, nas reuniões para as quais o PS não foi chamado, ambos os partidos, provavelmente, jogariam às cartas. Porque se a CDU não tinha responsabilidade nenhuma no orçamento em questão e se o único contributo era o do voto, perguntou o que é que tinham ido fazer às ditas reuniões? Acrescentou que a única diferença entre a anterior proposta de orçamento e aquela agora ali presente era a denúncia da ilegalidade da mesma, a qual tinha sido feita em declaração de voto pelo Vereador Nuno Santana; não foi feita pelo PS, nem foi ele que chamou a atenção para a situação. Por fim, temia em dizer e em interpretar o significado político da manobra da CDU como estando tudo ao alcance da própria CDU, ou melhor, ao alcance da CDU estava o objetivo de que para ter orçamento até se podia passar por cima da lei. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 abstenções e 12 votos contra, em 31 presenças, aprovar o orçamento as grandes opções do plano e mapa de pessoal para 2013.-----

### **Declaração de Voto – PS (Miguel Monteiro)**

“O Partido Socialista votou este orçamento e estas grandes opções do plano, pelo simples motivo de que recusamos a não nos envolvermos na discussão de um assunto tão importante como é o de estes dois instrumentos previsionais do nosso concelho, mas foi mesmo só por isso. Como é evidente e tendo em conta a declaração de voto do Vereador Nuno Santana que aqui foi citada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

integralmente esta noite, este orçamento, voltamos a dizê-lo, é na nossa opinião, um documento que carece de legitimidade para que possa ser utilizado na gestão do Município de Portalegre. Portanto, espero que a denúncia que aqui hoje foi feita e que mais que denúncia foi apenas dar eco de uma incompatibilidade que, efetivamente, foi transmitida pelo próprio Vereador na declaração feita, que não caia em saco roto e que seja esclarecida até às últimas instâncias.”

### **Declaração de Voto – CDU (Luís Pargana)**

“Analisando atentamente a nova proposta de Grandes Opções do plano (GOP) verificamos que as mesmas apresentam algumas alterações comparando com a proposta submetida à reunião da Câmara Municipal em dezembro último. Registamos alguma evolução na postura da Câmara Municipal, assumindo alguma vontade reivindicativa nomeadamente no que se refere à relação com a Unidade Local de Saúde do norte Alentejano e Administração Regional de Saúde; no que toca ao desemprego, mesmo não sendo um problema de responsabilidade direta da Câmara, assumindo a necessidade vital de atrair e fixar investimento e a criação de postos de trabalho; também na área da regeneração urbana assume a importância da necessidade do Plano de Urbanização para a Cidade de Portalegre.

Mas, acima de tudo, a maioria PSD inverteu a mão no que diz respeito ao papel da autarquia na gestão, articulação e implementação de políticas culturais ao nível do concelho, revertendo para o domínio público o que tenha sido endossado ao privado, nomeadamente à Fundação Robinson. Ou seja, neste novo documento, a Fundação aparece como mais um parceiro na dinâmica cultural concelhia e não como o “agente “ cultural, pelo que passaria toda a ação cultural portalegrense.

As referências que faz, ainda que pequenas, à Biblioteca Municipal, ao Centro de Artes do Espetáculo e também ao dia 23 de maio, como Dia da Cidade e feriado municipal, que deve ser comemorado.

A vontade de aprofundar as relações do Município com o Parque Natural da Serra de S. Mamede, com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e o facto de querer desbloquear a situação que se verifica na Estalagem Quinta da Saúde e no Parque de Campismo de Portalegre, são referências que merecerão a nossa atenção e o acompanhamento à sua concretização, fazendo votos de que as mesmas não fiquem apenas o papel.

Assim sendo, e de acordo com o que já tínhamos afirmado em dezembro passado, a CDU não pretende criar dificuldades adicionais aos portalegrenses no ano de 2013, ano de crise e de fortes restrições económicas e apesar de este estar longe de corresponder aos princípios e orientações que norteiam um Orçamento e Grandes Opções do Plano da nossa responsabilidade, a CDU





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

abstém-se na votação do Orçamento e correspondente Mapa de pessoal e das Grandes Opções do Plano do Município de Portalegre para 2013.”

### **Declaração de Voto – PS (Manuel Carvalho)**

“Porque é o último orçamento a apresentar neste mandato autárquico, voto contra a aprovação do mesmo, para manifestar a minha desilusão e profundo desagrado, pela maneira como o executivo municipal está a tratar as freguesias rurais, principalmente a freguesia de Fortios, que aqui represento. Em quatro anos de mandato que com este orçamento terminam, não foi realizada uma única obra na freguesia de Fortios nem foi colocada neste orçamento qualquer obra a ser executada na freguesia. Foram gradualmente retiradas dos vários orçamentos, aquelas obras que em 2010 e 2011 lá estavam previstas mas que nenhuma foi executada, nomeadamente a construção do “Centro Social e Comunitário de Fortios – projeto 2010/15”, a construção de “Balneários no Recinto Desportivo de Fortios - projeto 2010/43”, que antes das anteriores eleições autárquicas já tinha duas paletes de tijolo e uma arrecadação no local para “simular” o início da obra; o “Alargamento e Pavimentação da Estrada Municipal Frangoneiro-Rua do Monte Velho-Fortios” incluídos no projeto 2009/74 (Melhoria das acessibilidades entre o centro da cidade e as freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra), mas que na parte de Fortios nada foi feito.

Também no que se refere às verbas previstas no “Protocolo de Delegação de competências”, as mesmas têm vindo a ser orçamentadas mas só pagas no ano seguinte e as referentes ao ano de 2012 não foram pagas, colocando graves problemas às freguesias. Mais uma vez foi reduzido o valor orçamentado para 2013, estando prevista uma verba de 150.000 € para dividir pelas 10 freguesias. Não consigo entender o critério que reduz tais verbas e aumenta, por exemplo, as verbas a transferir para a Fundação Robinson, que em 2012 tinha previstas transferências 539.000 € e em 2013 tem 602.500 €.

Pelos motivos expostos, não posso deixar de votar contra a aprovação deste orçamento.”

### **Fora da Ordem do Dia:**

#### **6 – Imóveis adquiridos à família Belo Moura/Acordo para pagamento;**

- Deliberação de 2013.02.18 -

Presente informação n.º 429 do serviço de património, de 05 de fevereiro de 2013, a propor um acordo para pagamento da última prestação acrescida de juros, dos imóveis adquiridos à família Belo Moura. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção do Vereador Pinto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Leite, aprovar o acordo, conforme proposto na informação e remeter à Assembleia Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 abstenções e 10 votos contra, em 30 presenças, aprovar o acordo acima mencionado. -----

### **Declaração de Voto – PS (Miguel Monteiro)**

“Parece-me que na posição em que a Câmara Municipal de Portalegre se colocou não negociou absolutamente nada e aceitou a troca de um lote de terreno e pagar a totalidade dos juros e da dívida. Afinal de contas, só houve uma parte a negociar; a outra – Câmara Municipal – não minimizou os custos ao erário municipal e daí o nosso voto contra.”

### **7 – RobCork – Antecipação de pagamento;**

- Deliberação de 2013.02.18 -

Presente ofício ref.ª 13/RC/29, da empresa Robcork – Valorização de produtos de cortiça, S.A., a solicitar a antecipação do pagamento do valor de compra e venda do imóvel sito na Zona Industrial de Portalegre, a acordar tal como previsto na alínea f), da cláusula 1.ª do título de compra e venda, bem como a anulação/desoneração dos prazos estipulados na cláusula 6.ª do mesmo título. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a antecipação do pagamento do imóvel no valor de 1.575.000,00€ e o cancelamento do ónus referente à cláusula 6.ª, do título de compra e venda, desonerando o imóvel à medida estritamente do necessário pela instituição bancária e remeter à Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Câmara informou os presentes de que a libertação do ónus só ocorreria se houvesse um contrato da Robcork com a instituição bancária. Acrescentou que aquele tinha sido o entendimento entre todos os intervenientes. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente da Câmara tinha razão absoluta, mas que da leitura do documento era impercetível o que dele se poderia extrair, além de que não se sabia se o mesmo conferia com a intenção de quem o elaborou. Disse, inclusive, que deveriam ter corrigido a cláusula 6 do dito documento, para que não estivessem ali a apreciar uma letra ininteligível. Salvo melhor opinião, propôs que voltassem a remeter à Câmara para uma nova redação e, posteriormente, ser proposto a discussão da Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Adriano Capote disse que quando a Câmara votou por unanimidade, aquele assunto, pensaram que a intenção foi a de facilitar o andamento de uma empresa que quer criar mais postos de trabalho e mais emprego. Referiu ainda que a CDU gostaria que a Câmara Municipal soubesse, propriamente, das intenções da Robcork, bem como das suas garantias futuras; as cláusulas deverão ser verificadas correctamente, para que não voltassem a ter um segundo “caso alemão”. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa lembrou os membros de que o Município já teve um segundo caso – o Hotel da Ratinha. Afirmou que a função do Município era a de adotar mecanismos necessários para se trazerem investimentos, fixarem postos de trabalho e cativarem mais pessoas para cá. Aquela Assembleia Municipal tinha de ter segurança nas deliberações a serem tomadas e uma coisa acima do restante era a salvaguarda dos interesses do Município de Portalegre. Confessou não perceber bem o que estavam a votar e, pior ainda, seria o facto de alguém, dali por uns anos, levar para tribunal a tal deliberação ininteligível, com várias interpolações à falta de clareza da mesma. Portanto, propôs que o ponto fosse retirado, por uma questão de segurança e que voltasse para votação na Assembleia, mas com que todos percebessem, de modo a defenderem-se as pessoas representadas e evitando situações não desejadas. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro, relativamente ao assunto em causa, disse que com aquele acordo não estariam a prestar um bom serviço a ninguém.-----

A Presidente da Câmara disse não haver dúvidas de que o património estava acautelado. Apelou ainda ao bom senso, visto serem cerca de 40 postos de trabalho, que poderiam chegar aos 100 e que se assim não fosse poderiam também por em causa os fundos comunitários iminentes, uma vez que a próxima reunião da Assembleia seria só em Abril. -----

O Presidente da Mesa lembrou aos membros de que a Assembleia Municipal era soberana e que constava em ata o perfeito entendimento da mesma com a Câmara Municipal.-----

No uso da palavra, Luís Pargana disse concordou com as dúvidas que estavam a ser levantadas. Sugeriu, pois, que se esclarecesse o sentido da deliberação em causa, pelos membros do executivo camarário ali presente e que a deliberação ficasse em ata, apensa ao texto da mesma. Portanto, só assim estariam em condições de superar o impasse criado, sem adiar mais a solução.

Usando da palavra, Luís Testa disse que estavam ali perante a função fiscalizadora relativa a uma ato administrativo e sugeria-se que houvesse uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deliberação oficial. Contudo, tal não seria possível porque a Assembleia Municipal tinha as funções de legislador reduzidas e a deliberação da mesma só poderia ser vertida na deliberação da Câmara Municipal. Qualquer interpretação não poderia passar em claro sobre aquela situação, visto a deliberação não corresponder à vontade do proponente. Concluiu, referindo que a forma de ultrapassar a questão seria a Câmara reunir na manhã do dia seguinte, para que a dúvida em causa não aproveitasse a ninguém. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Pargana chamou a atenção para o facto de que a Assembleia podia solicitar à Câmara Municipal o devido esclarecimento e vincular a interpretação do texto. -----

No uso da palavra, Luís Testa realçou que o que estava ali em causa era o que seria vertido na letra do contrato com a outra parte – Robcork. -----

A Presidente da Mesa informou que o mais simples seria o cancelamento do ónus na cláusula 6 do dito contrato. -----

O membro Adriano Capote disse ver ali algumas notas de discordância entre os intervenientes e solicitou à Presidente da Câmara que esclarecesse a questão. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara referiu o facto do texto em causa ter sido lido, votado e aprovado por unanimidade, em reunião de Câmara. Acrescentou que o texto tinha sido sugerido pelo Vereador Pinto Leite. -----

Solicitando o uso da palavra, o Vereador Pinto Leite disse ter dúvidas em terem acordado todos o mesmo, na deliberação em causa. Foi comunicado que a dita empresa queria aceder a novos financiamentos da Caixa Geral de Depósitos e a cláusula 6.<sup>a</sup> poderia ser impeditiva, uma vez que a mesma teria de manter os postos de trabalho durante sete anos. Perante tal, a Caixa Geral viu o problema, pois ao fazer uma hipoteca de 5 milhões, se houver incumprimento a questão complica-se. Mais referiu que não puderam redigir a questão sem ter conhecimento da outra parte e o que ficou acordado foi que só permitíamos que a Caixa Geral de Depósitos, em caso de incumprimento, pudesse executar, o que não se podia era aprovar. Por último disse que, à semelhança da Zona Industrial, a Câmara Municipal terá que autorizar a retirada do ónus. --

Novamente no uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que havia qualquer coisa que não estava bem, porque a deliberação da reunião do executivo foi lido e aprovado por unanimidade. Além de que o contrato de compra e venda não tinha validade para com a caixa geral de Depósitos. Disse, inclusive, existir necessidade de libertar o ónus, uma vez que a Robcork estava



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a tentar fazer um lease-back e tentaria pagar à instituição bancária, a qual , só assim, libertaria o dinheiro.-----

Solicitando o uso da palavra, o Vereador João Realinho confirmou que o espírito da reunião de Câmara em causa tinha sido conforme o que foi dito pelo Vereador Pinto Leite.-----

No uso da palavra, António Biscainho questionou os intervenientes se estavam ali a falar de uma deliberação ou de uma intenção? Perguntou também onde estava o problema para que a empresa pagasse, antecipadamente? Acrescentou que, tendo em conta a criação de postos de trabalho, nem deveriam sequer existir dúvidas na questão em apreço. Mais referiu que o município de Portalegre estava a ser ressarcido antecipadamente e a salvaguardar a manutenção da atividade corticeira, portanto, a Assembleia Municipal deveria aceitar o pagamento e libertar o ónus.-----

Usando da palavra, Adriano Capote disse que para ajudarem uma empresa a manter-se na cidade deveriam votar em consciência. Alertou ainda para o facto de que assim que desonerassem a cláusula 6.ª já não poderiam voltar atrás. ---

O Presidente da mesa informou que teriam de avançar à votação, sendo que primeiro iriam votar a proposta do PS, a propósito da retirada do ponto em debate. Após votação o resultado foi o seguinte: -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 8 votos contra e 4 abstenções, em 31 presenças, não retirar o ponto referente à empresa RobCork.-----

Perante o resultado da votação anterior, o Presidente da mesa disse que iriam passar de seguida à votação normal do referido ponto (RobCork).-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 8 abstenções, em 27 presenças, aprovar o pedido da empresa RobCork para antecipação do pagamento do valor de compra e venda do imóvel sito na Zona Industrial de Portalegre, a acordar tal como previsto na alínea f), da cláusula 1.ª do título de compra e venda, bem como a anulação/desoneração dos prazos estipulados na cláusula 6.ª do mesmo título.

### **Declaração de Voto – PS (Luís Testa)**

“Não duvidando do propósito, nem da Câmara Municipal, nem da RobCork e muito menos dos vereadores, o PS absteve-se por uma questão de segurança jurídica e porque as intenções não podem ser diferentes das deliberações. O Partido Socialista requer que a intervenção da Presidente seja transcrita para a ata. O Município teria o direito a condicionar o operador e muitos não





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

perceberam que a posição do PS é a de apoio total no crescimento dos postos de trabalho. Na Câmara Municipal havia mais que tempo para que as coisas fossem claras.”

### **Declaração de Voto – CDU (Luís Pargana)**

“A CDU votou a favor, tendo em conta a viabilização de uma empresa no Concelho e a criação de riqueza e manutenção dos postos de trabalho.”

### **8 – Empréstimo a curto prazo no montante de 400.000,00 €;**

- Deliberação de 2013.02.18 -

Presente empréstimo de curto prazo para 2013, no montante de 400.000,00€. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o referido empréstimo e remeter à Assembleia Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o empréstimo atrás mencionado.-----

### **Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, em 25 presenças.-----

### **FALTAS:**

=====

Não houve faltas a registar.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 23.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01.15 h, do dia 26 de fevereiro do ano de 2013 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário(a) da Mesa, a redigi e subscrevo.